



Um olhar sobre a cobertura jornalística da polêmica do livro didático do MEC¹

Wania Bittencourt²

Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC

RESUMO

Com a internet e as coberturas em tempo real, jornalistas se mostram cada vez mais preocupados em cobrir os fatos e não as problemáticas (TRAQUINA, 2004). Estes fatores, aliados à dificuldade de definir “o que é notícia” e à objetividade advinda do método cartesiano, coloca em xeque a qualidade das reportagens produzidas atualmente, especialmente, no ambiente online. Um olhar sobre a cobertura da polêmica do livro didático do MEC, ocorrida em 2011, mostra a entrega de notícias rasas e mutiladas.

PALAVRAS-CHAVE: jornalismo; cobertura; variante linguística; livro didático; notícia

Língua, jornalismo e polêmica

Um dos assuntos mais polêmicos envolvendo as áreas de Jornalismo e de Linguística em 2011 foi a publicação e a distribuição pelo MEC do livro didático de Língua Portuguesa Por Uma Vida Melhor, escrito pela linguista Heloísa Ramos. Em maio, um post publicado na Coluna Poder Online, de Jorge Félix e Tales Farias, hospedada no portal online IG, informava que os responsáveis pela Coleção Viver a Aprender e o Ministério da Educação (MEC) teriam permitido a publicação de um livro que autorizaria e, inclusive, ensinaria os alunos a falar o “português errado”. A partir deste post, que teve rápida repercussão nas redes sociais, sucedeu uma série de reportagens e comentários na mídia sobre a obra.

As primeiras opiniões foram claramente negativas. Reinaldo Azevedo em seu blog no site da revista Veja disse que o livro faz “apologia ao erro”, além de ser uma “fraude intelectual”. Guilherme Fiúza, colunista da revista Época, fez comparações políticas com base na obra: “As variações linguísticas e as variações éticas vão formando esse novo país igualitário, que nutre orgulhosa simpatia pela ignorância”. Com o assunto se espalhando rapidamente pela internet, não faltaram aparecer opiniões a favor do livro. Colunista de Língua Portuguesa no portal Terra, Sírio Possenti primeiramente afirmou não acreditar na matéria do IG, depois, constatou que “todos os

¹ Trabalho apresentado no DT 6 – Jornalismo do XIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul realizado de 31 de maio a 2 de junho de 2012.

² Jornalista e estudante de Letras – Inglês.



que a leram a leram errado. Mas aposto que muitos a comentaram sem ler”. O premiado escritor Cristóvão Tezza também defendeu o trabalho dos linguistas. Como se pode perceber, a internet virou um campo de batalha entre os protetores da língua conhecida como culta, inspirados na Gramática Tradicional, e os defensores das variantes linguísticas, baseados na Sociolinguística.

Para compreender um pouco melhor qual a diferença entre estes campos abordam, Dellagnello e Cerutti Rizatti (2010, p.29) explicam que enquanto

a Gramática Tradicional preocupa-se em normatizar o uso da língua, prescrevendo, isto é, determinado o que é certo e o que é errado a partir de um modelo de língua padrão, a Linguística, como ciência, ocupa-se, não em normatizar e prescrever, mas em descrever/explicar como as diferentes línguas se estruturam e o que é pertinente a cada qual delas

Em resumo, a grande discussão entre essas duas áreas é que a Gramática Tradicional condena o uso das variantes da Língua Portuguesa, o que, para a Linguística, é considerado preconceito. Este raciocínio parte do pressuposto que a língua é um aspecto da cultura, como aponta a Antropologia, e não pode ser hierarquizada.

Além deste debate sobre a linguagem, em especial, sobre a Língua Portuguesa, o assunto também se apresentou rico em outra discussão urgente aos dias atuais: a qualidade do material jornalístico que circulou na internet e se espalhou pelas redes sociais nos meses de maio, junho e julho sobre o assunto. Segundo Christofolletti (2011), em artigo no Observatório da Imprensa, “o que se vê nos meios de comunicação é bastante discutível não apenas do ponto de vista linguístico, mas também jornalístico (...) formando uma verdadeira tropa de choque a favor da língua pátria”. Na opinião dele, houve opinião apressada e ignorância na cobertura da imprensa sobre o caso. O jornalista Luís Nassif, em seu site pessoal, foi ainda mais enfático:

Durante dias e dias o país inteiro discutiu uma miragem, um não-fato, algo que não existia. E na discussão se leu de tudo, analistas com julgamentos definitivos sobre a questão, acadêmicos soltando sentenças condenatórias, jornalistas atirando flechas na miragem. E tudo em cima de uma nuvem, uma sombra, um ectoplasma que nunca existiu. (...) No entanto um país que aspira a ser potência, conduzido por um tipo de jornalismo típico de países atrasados, caiu de cabeça na interpretação de que o livro ensinava a escrever errado. Criado o primeiro tumulto, personagens ilustres caíram de cabeça na versão vendida. O país inteiro repetiu a ficção criada, as melhores cabeças da mídia de massa embarcando em uma canoa furada, apenas repetindo o que ouviram falar.



A jornalista e escritora Eliane Brum, em blog hospedado no site da Revista Época, também comentou o fato. Apesar de questionar algumas posições tomadas pela autora do livro didático, a premiada repórter concorda que “Não há, portanto, nenhum complô contra a língua portuguesa, como algumas intervenções fizeram parecer. Nem mesmo caberia tanto barulho, não fosse uma ótima oportunidade para pensarmos sobre a língua. E o debate das ideias sempre vale a pena”.

O uso da mídia para “defender a língua” é debate no campo acadêmico há anos. No livro *Dramática da Língua Portuguesa*, Marcos Bagno (2006) deu o nome de comandos paragramaticais (CP) aos livros, programas de TV, colunas de revistas, manuais de redação e, mais recentemente, páginas na internet que funcionam como um consultório de gramática e ortografia, prescrevendo o que deve ou não se fazer em termos de língua, o que é ou não aceitável. Segundo ele, esses espaços “se aproveitam o que há de mais novo nos meios de comunicação para tentar preservar o que há de mais antigo em termo de concepção de língua” (2006, p. 11). O autor ainda destaca que há todo um pano de fundo ideológico por trás destes espaços.

É inegável a importância desses CPs clássicos e modernos como formadores de opinião (leia-se como perpetuadores da ideologia e do preconceito linguístico). A prova mais eloquente disso é o espaço que eles vem recebendo, na imprensa, como *notícia* merecedora de destaque (BAGNO, 2006, p.99)

Considerando que já existe um debate sobre a evolução da língua e imprensa, este artigo se propõe a analisar reportagens online sobre o caso do livro didático do MEC. Sob a luz das Teorias de Jornalismo de Nelson Traquina (2004 e 2005), com o apoio do olhar sobre a modernidade de Capra (1993 e 2000) e Morin (2006), a intenção é avaliar se realmente havia uma “notícia” na publicação do livro didático do MEC ou havia muito mais ideologia paragramatical por detrás das matérias veiculadas nos espaços online avaliados. Foram incluídas na análise as reportagens do IG, o portal pioneiro na publicação da notícia sobre o livro didático, e Folha.com e Estadão, versão online, pela abrangência destes veículos no cenário nacional.

A construção de uma notícia

No dia 12 de maio de 2011, às 7h, a coluna Poder Online, do portal IG, divulgou uma nota com o título “Livro usado pelo MEC ensina aluno a falar errado”. O post de quatro parágrafos se atém a descrever trechos do livro, sem contatar nenhuma fonte externa. Mesmo com informações escassas sobre a obra – não sabemos quem a



escreveu, em que contexto ela é utilizada, ou ainda, de que parte da obra foi retirada o texto descrito na nota –, esta recebeu mais de mil comentários somente no mês de maio e outras milhares de indicações de leitura no Facebook – em 17 de janeiro de 2012, já eram mais de 12 mil indicações. Um fenômeno de audiência na internet. Assim, às 16h08min, o portal IG transformou a nota em notícia ao veicular a primeira matéria sobre o assunto com o título de “‘Não somos irresponsáveis’ diz a autora de livro com ‘nós pega’”. A grande questão é como uma nota em uma coluna opinativa online se tornou notícia em vários sites, jornais e telejornais brasileiros, pautando outros colunistas, editoriais e seções de cartas por mais de um mês?

Traquina (2005, p.62) alerta que “diversos estudos sobre jornalismo demonstram que os jornalistas têm uma enorme dificuldade em explicar o que é notícia, de explicitar quais são os seus critérios de noticiabilidade, para além de respostas vagas do tipo “o que é importante””. O debate se torna ainda mais complexo quando se leva em consideração o atual momento histórico vivido pela imprensa mundial. Com o advento da internet, conceitos de notícia ganham outras proporções em função da receptividade do público para determinados assuntos e da dimensão com que as notícias se proliferam em curto espaço de tempo.

Valor-notícia

De acordo com Traquina (2004), a transformação de uma informação em notícia passa por uma série de critérios definidos pelos profissionais de comunicação. Esses critérios ficaram conhecidos como valores-notícia. Entre os valores notícias de seleção estão a notoriedade do ator principal, a proximidade do fato, a relevância, a novidade, o tempo, a notabilidade, o inesperado, o conflito, a infração, o escândalo, a disponibilidade, o equilíbrio, a visualidade, a concorrência e o dia noticioso. No caso das reportagens sobre o livro didático, alguns critérios se sobressaem sobre aos outros.

O fato de uma nota em uma coluna opinativa ter gerado milhares de reproduções em uma rede social como o Facebook, do ponto de vista do jornalismo contemporâneo, caracteriza o valor-notícia relevância. Segundo Traquina (2005, p.80), a relevância “responde à preocupação de informar o público dos acontecimentos que são importantes porque tem impacto sobre a vida das pessoas”. Se milhares de pessoas acharam que o assunto merecia ser compartilhado é porque há um interesse coletivo por aquela informação. Esse fator se torna ainda mais forte quando atrelado ao valor-notícia notoriedade do ator principal, neste caso, representado pelo Ministério da Educação.



Assim, “o jornalismo é visto como um serviço público em que as notícias são o alimento de que os cidadãos precisam para exercer os seus direitos democráticos” (TRAQUINA, 2005, p. 126).

Aliado ao fator relevância está o valor tempo. As primeiras informações sobre o livro foram publicadas pela manhã na coluna Poder Online. O público que achou o assunto relevante estaria ávido por mais informações. Portanto, das 7h até as 16h08, o jornalista corre atrás do relógio para tentar apurar novas informações. Aqui, ele luta contra o valor-notícia disponibilidade de apuração. O que é possível apurar em algumas horas? Ao que parece, o IG, consegue conversar com a autora, utilizar uma versão oficial do MEC, divulgada em formato de nota, conseguir a opinião de mais dois especialistas em Linguística e reescrever as informações do blog opinativo. Não havia tempo hábil para ler o resto do livro ou ainda ir a uma sala de aula conferir como ele é utilizado. Havia a possibilidade de apurar de maneira sucinta o assunto, sem se aprofundar, ainda sim dando ao IG o “furo” noticioso.

Para justificar a primeira reportagem sobre o assunto, ainda haveria a necessidade de valores-notícias como a novidade, o inesperado, o conflito, a infração, o escândalo. Assim, a primeira reportagem publicada pelo IG, por falta de apuração ou para potencializar a notícia, omite que as informações sobre as variedades linguísticas, contidas no livro *Por Uma Vida Melhor*, integram um único capítulo da publicação. Todo o restante é composto por conteúdos da chamada Gramática Tradicional. Além disso, novamente por falta de apuração, as primeiras reportagens não indicam que o livro NÃO é o primeiro material didático no Brasil a utilizar um capítulo para orientar sobre as variantes linguísticas ou ainda que o assunto é debatido desde 1996, quando o conteúdo passou a integrar os Parâmetros Curriculares Nacionais. Por omissão de informações, os valores-notícias a novidade, o inesperado, o conflito, a infração, o escândalo aparecem nas primeiras reportagens. O que torna a imprensa “acusadora” ou a “denunciante”, ainda que sem provas consistentes. Esse conflito fica mais evidente quando se localiza o uso de verbos como “negar”, “defender” e “admitir”

IG, dia 12

Trecho – Uma das autoras do livro didático (..) nega que a obra ensine o aluno a usar a norma popular (...).

IG, dia 12

Trecho – Em nota enviada ao IG, o MEC defendeu o uso do livro



Estadão, dia 12

Título - Livro adotado pelo MEC defende a fala popular

Folha.com, dia 14

Trecho – A ABL criticou em nota o livro didático que defende erros de português

Com a repercussão da notícia – e a sua propagação pelas redes sociais – outras empresas de comunicação se viram obrigadas a publicar a informação. É o valor-notícia concorrência. No mesmo dia da primeira publicação do IG, às 19h25min, o site do Estadão publica a reportagem “Livro adotado pelo MEC defende falar errado”. A reportagem segue exatamente a mesma linha editorial do IG, utilizando como base um único capítulo do livro, uma nota enviada pelo MEC e tentando contato com a editora do livro. Há, novamente, o uso de verbos como “defender”, indicando que há uma acusação em pauta – lembrando que a acusação parte da própria imprensa.

O assunto se estende. No dia 13, à meia noite, mais uma reportagem no site do Estadão é publicada. Aqui, o fator equilíbrio – “a noticiabilidade de um acontecimento pode estar relacionada com a quantidade de notícias sobre esse acontecimento” (TRAQUINA, 2005, p.89) – é deixado de lado. Não importa se a notícia foi publicada há menos de 24 horas. Mesmo sem informações relevantes novas, há uma republicação de conteúdos. Em tempos de internet, o objetivo é aparentemente a audiência.

No dia 14, a Folha.com entra no assunto pela primeira vez. Às 9h08, é publicada a matéria “Livro distribuído pelo MEC defende errar concordância”. Apesar do uso do verbo “defender” no título, percebe-se no lide da reportagem uma maior prudência na abordagem do assunto:

Um livro didático para jovens e adultos pelo MEC a 4.236 escolas do país reacendeu a discussão sobre como registrar as diferenças entre o discurso oral e o escrito sem resvalar em preconceito, mas ensinando a norma culta da língua.

A reportagem cita a fonte da denúncia, no caso, o IG, a autora do livro, o MEC, a Academia Brasileira de Letras, o professor de Português e colunista da Folha Pasquale Cipro Neto.

Nos dias seguintes, as manchetes online continuam a abordar o assunto. O tom acusatório permanece.



Dia 16 - Folha.com

Academia critica livro do MEC que defende erros de português

Dia 17 - Estadão

O livro é fruto da minha carreira. Escrevi o que já havia praticado

Dia 17 - Estadão e IG

UFRN aprovou obra que defende fala popular

Com tempo e equilíbrio reduzidos e uma concorrência ampla, fatores como credibilidade e associação com a verdade, que dependem de reflexão e apuração adequada, passam a ser distorcidos. Valores, como o rigor, a exatidão, a honestidade e uma noção de equidistância, considerados por Traquina (2005) importantes na construção da notícia, parecem faltar às reportagens. Há uma repetição desnecessária de informações, poucas entrevistas efetivas, o uso repetitivo de versões oficiais do MEC e da autora, sem a possibilidade de debate real e nenhuma explicação sobre a existência de um campo de estudo conhecido como Linguística que, entre tantos campos de atuação, tenta descrever e compreender o uso da língua em sociedade.

Mudança na abordagem

Depois de milhares de opiniões reproduzidas pelas redes sociais, cartas e editoriais nas seções opinativas dos jornais e ampla repercussão na TV, a abordagem das reportagens sobre o livro didático se altera seis dias após a primeira publicação. Os veículos começam a mostrar a opinião de pessoas a favor da obra, reduzem o uso de verbos como “defender” e “negar” e tentam trazer informações mais contextualizadas com a sala de aula brasileira. Entre os fatores que influenciaram essa mudança, estão a posição de entidades respeitadas, a opinião de famosos escritores e outros profissionais a favor da obra, que também aproveitaram seus espaços na mídia para questionar a qualidade jornalística das reportagens.

Confira trechos das matérias que passaram a ser publicadas a partir do dia 18 de maio, quase uma semana após a primeira publicação:

Folha.com

Dia 18

“ONG diz que livro distribuído a escolas não ensina erro”

Trecho – A nota afirma ainda que é preciso “cuidado de matérias com intuítos políticos pouco educativos e afirmação desrespeitosa em relação aos educadores”



IG

Dia 19

“Uso de linguagem popular na sala de aula é orientação do MEC”

Trecho – A obra criticada por especialistas (...) não é o único material didático a apresentar as diferenças entre a língua popular e culta

Trecho – Kátia Lomba Bräkling, professora de lingüística e uma das elaboradoras dos PCNs de língua portuguesa, avalia que o material ‘está perfeito’

Trecho – A professora Magda Soares, autora de livros didáticos de português, afirma que o livro Por uma vida melhor virou “boi de piranha”

Folha.com

Dia 21

“Associação Brasileira de Linguística defende livro do MEC”

Trecho – Maria José Foltran afirma que os críticos do livro “não tiveram sequer o cuidado de analisá-lo mais atentamente”, e “pautaram-se sempre nas cinco ou seis linhas citadas”

Após isso, apenas mais duas reportagens voltam a “patrulhar” o livro, ambas do IG – “Sarney critica livro que defende o “nós pega” em escolas” (dia 22) e “Defensoria Pública pede recolhimento de livro com “nós pega” (dia 31, IG). Após esta data, o que se percebe é uma espécie de redenção dos veículos. No dia 13 de junho, dois meses depois do início da polêmica, o site do Estadão publica “Variante linguística é cobrada no vestibular”, explicando que o conteúdo abordado pelo livro didático é usado há anos em escolas e cursinhos, portanto, não sendo um método inovador e duvidoso, como propunham as matérias iniciais sobre o assunto.

A última reportagem sobre o assunto é do IG, no mês de julho. O título “MPF arquiva processo sobre o livro ‘nós pega’” coloca um ponto no debate que, ao final, movimentou os poderes executivos e judiciários sem trazer qualquer benefício para a população e apenas ajudou a propagar o preconceito linguístico, como bem afirma o promotor entrevista para o veículo: “o estudo do comportamento da língua, pelo contrário, reafirma o papel social do Estado em fomentar o respeito da pessoa humana e afastar preconceitos, entre os quais o lingüístico, que, como comprovado pelas recentes publicações jornalísticas, infelizmente ainda existe no nosso meio”.

Objetividade e hipersimplificação



Um dos principais critérios jornalísticos na construção de notícias é a objetividade. Segundo Traquina (2004, p.139), a objetividade é “uma série de procedimentos que os membros da comunidade interpretativa utilizam para assegurar uma credibilidade como parte não-interessada e se protegerem contra eventuais críticas ao seu trabalho”. Do ponto de vista destes procedimentos, não se pode dizer que as reportagens sobre o livro didático do MEC não possuam critérios de objetividade na construção das notícias. Tanto as reportagens online do IG, quanto da Folha e do Estadão descrevem o que está escrito no livro – ou pelo menos, no capítulo em questão – e apresentam as opiniões de diferentes especialistas e das partes envolvidas no caso. Portanto, há o que Traquina (2004) chama de “apresentação de possibilidades conflituosas”, “provas auxiliares” (o texto do livro) e provas suplementares (a opinião de especialistas). Ainda assim, não se pode dizer que as reportagens são espelhos da realidade ou que estão totalmente alheias a possíveis interferências ideológicas. Afinal, há muita complexidade do conceito de objetividade.

Esse critério, considerado essencial na seleção e na construção de notícias, advém do pensamento moderno baseado no modelo cartesiano. Enquanto na Idade Média todas as respostas estavam em Deus e na religião Católica, na Idade Moderna, passou-se a acreditar, quase que religiosamente, nos benefícios da ciência, baseada nas ideias iniciais de Descartes. Segundo Capra (1993, p.53), “a visão de Descartes despertou nele a firme crença na certeza do conhecimento científico, sua vocação na vida passou a ser distinguir verdade do erro em todos os campos do saber”.

O método cartesiano, do qual deriva do conceito de objetividade, acreditava na visão mecanicista – todos os fenômenos poderiam ser explicados desde que o todo fosse desconstruído e as partes fossem estudadas e apresentadas de forma isolada. Durante muito tempo, essa forma de ciência foi muito útil à humanidade, que fez descobertas essenciais à vida. No entanto, também trouxe ao mundo o que Capra (1993, p.53) afirma ser um desequilíbrio cultural.

A aceitação do ponto de vista cartesiano como verdade absoluta e do método de Descartes como o único meio válido para se chegar ao conhecimento desempenhou um importante papel na instauração do nosso atual desequilíbrio cultural

Na opinião dele, o mundo passou a ser visto de maneira fragmentada e reducionista, impossibilitando conexões entre as áreas, quando, na verdade, tudo está



interligado e é interdependente. O mesmo raciocínio é feito por Morin (2006, p.10). Para ele, a hiperssimplificação ou ainda a inteligência cega é uma patologia moderna: “erros, ignorâncias, cegueiras e perigos têm um caráter comum resultante de um modo mutilador de organização do conhecimento, incapaz de reconhecer e de apreender a complexidade do real”.

Todo esse desequilíbrio cultural, essa hiperssimplificação e essa inteligência cega podem ser encontrados nos principais conceitos que sustentam hoje o jornalismo considerado “objetivo” ou ainda arcaicamente chamados de “imparcial”. A fragmentação das editoriais, a simplificação do texto, o uso do lide, a falta de contexto das reportagens – técnicas utilizadas para atingir a objetividade e até mesmo para “atingir ao leitor” leigo nos assuntos abordados – transformam assuntos passíveis de debates inteligentes e enriquecedores para a população em meras polêmicas que levam, muitas vezes, ao empobrecimento do leitor e do próprio noticiário.

Essa incapacidade de fazer conexões com outras áreas do saber fez com que o paradigma da modernidade também encontrasse espaço nas páginas de jornal e, atualmente, da internet, colocando em dúvida a qualidade do material jornalístico que circula nos dias atuais. Esse debate vem ao encontro do que Traquina (2005, p. 83) chama de valor-notícia notabilidade:

O campo jornalístico está mais virado para a cobertura de acontecimentos e não de problemáticas. O campo jornalístico tem maiores dificuldades na abertura de problemáticas. O trabalho jornalístico é, como já tivemos a oportunidade de ver, uma atividade prática onde os jornalistas lutam constantemente contra a tirania do fator tempo. O ritmo do trabalho jornalístico exige a ênfase sobre acontecimentos e não sobre problemáticas

Do ponto de vista da polêmica do livro didático, além da fragilidade nas técnicas de apuração e apresentação jornalística – uma apuração às pressas, fragmentada –, há todo um debate sobre questões ideológicas entre a Gramática Tradicional e a Linguística, o que, questionada a partir dos frágeis pilares das reportagens, colocam em xeque a qualidade jornalística e a seleção e a construção das reportagens com credibilidade. A apresentação de reportagens sobre o livro didático sem considerar o contexto histórico do ensino de línguas no Brasil e no mundo fragmentou o conteúdo. E o debate, que poderia ter sido extremamente rico, empobreceu. Preso a um único livro didático, a imprensa condenou os leitores a desconhecer o que é a Linguística e o que



são as variantes da língua. A fragmentação do conteúdo, a falta de contextualização apresenta a vitória do método cartesiano nas ciências humanas.

Antes de teclar o botão publicar

A principal proposta deste artigo era analisar quais os aspectos de seleção da notícia transformaram o livro didático de Língua Portuguesa do MEC, escrito por Heloísa Ramos, em uma notícia. Ou ainda, se realmente ali havia um fato. Com análise feita à luz dos critérios de seleção de notícia de Traquina (2004), e sobre o paradigma da Modernidade, Capra (1993) e Morin (2006), percebe-se que há uma fragilidade nos pilares da construção desta notícia. Pilares tão frágeis que se tornaram facilmente alvo de associações linguísticas no Brasil e também de jornalistas, preocupados com a qualidade editorial oferecida por estes jornais online nesta cobertura.

Para os especialistas em Sociolinguística, não há qualquer dúvida de que a imprensa brasileira embarcou em uma tempestade em copo d'água ao criar uma polêmica ou até mesmo uma denúncia sobre o livro didático do MEC. Do ponto de vista jornalístico, pode-se dizer que o grande problema das publicações online foi se prender a critérios de objetividade, que mutilaram o que poderia ter sido um rico debate sobre a evolução da Língua Portuguesa. Criou-se um fato, que não existia, e perderam a oportunidade de fazer um debate sobre uma problemática que faz parte da vida de todos os brasileiros.

Há quem, como Bagno (2006 e 2011), que acredite em um discurso ideológico em defesa da Gramática Normativa, além de um total desconhecimento por parte do trabalho desenvolvido pelos linguistas. E não se pode negar que a polêmica do livro didático ajudou a espalhar o preconceito linguístico no país. As primeiras reportagens postadas sobre o assunto receberam milhares de comentários e indicações de leitura nas redes sociais, mesmo com o conteúdo raso apresentado. Mesmo que não intencionalmente, a imprensa ajudou a espalhar desconhecimento sobre as diferenças entre língua falada e escrita e sobre variedades linguísticas, pois ela estava mergulhada na certeza o ensino de Língua Portuguesa é o ensino de Gramática. À medida que o mês evoluía, houve uma tentativa das empresas jornalísticas de aumentar o debate e até mesmo se redimir das primeiras informações publicadas. No entanto, reportagens como o arquivamento do processo em cima do MEC e até mesmo sobre o uso das variantes linguísticas no vestibular não causaram tanto impacto como as primeiras reportagens, com tom de denúncia.



O caso serve como reflexão sobre o jornalismo praticado nas empresas de comunicação – em especial, no meio online. Morin (2006 p.15) nos propõe “(...) sensibilizar para as enormes carências de nosso pensamento e compreender que um pensamento mutilador conduz necessariamente a ações mutilantes”. Ou seja, uma reportagem rasa, tratará de espalhar opiniões rasas em rodas de conversa e hoje, mais do que nunca, postagens no Facebook.

O que queremos do jornalismo no futuro que, tudo indica, deve ganhar ainda mais força na internet: audiência a qualquer custo, mesmo que com má apuração, repetição de informações ou ainda reportagens omissas em função de ideologias? Ou um trabalho objetivo, mas com qualidade e aprofundamento reconhecendo todas as conexões que determinados podem ter com diferentes áreas?

A resposta parece óbvia. No entanto, é preciso deixar um pouco a “timeline” ou o “fechamento da edição” de lado e refletir antes de apertar o botão publicar.

REFERÊNCIAS

ONG AÇÃO EDUCATIVA. **Por uma vida melhor - Intelectuais, pesquisadores e educadores falam sobre o livro.** Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org/images/stories/pdfs/dossie%20-%20por%20uma%20vida%20melhor%20final_30_06_2011.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2012.

BAGNO, Marcos. **Dramática da língua portuguesa:** Tradição gramatical, mídia & exclusão social. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

CAPRA, Fritjof. **A teia da vida:** Uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. 9. ed. São Paulo: Editora Cultrix, 2000.

CAPRA, Fritjof. **O ponto de mutação.** 9. ed. São Paulo: Editora Cultrix, 1993.

DELLAGNELO, Adriana Kuerten; RIZZATTI, Mary Elizabeth Cerutti. **Introdução aos Estudos da Linguagem.** Florianópolis: LLE/CCE/UFSC, 2009.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo.** Porto Alegre: Sulina, 2006.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo:** Porque as notícias são como são. Florianópolis: Insular, 2004.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo:** A tribo jornalística - uma comunidade interpretativa transnacional. Florianópolis: Insular, 2005.

Reportagens



ESTADÃO. Livro adotado pelo MEC defende 'erro'. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,livro-adotado-pelo-mec-defende-erro,718533,0.htm>>. Acesso em: 27 dez. 2012.

ESTADÃO. Livro adotado pelo MEC defende falar errado. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,livro-adotado-pelo-mec-defende-falar-errado,718471,0.htm>>. Acesso em: 27 dez. 2012.

ESTADAO. UFRN aprovou obra que defende fala popular. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,ufrn-aprovou-obra-que-defende-fala-popular,720345,0.htm>>. Acesso em: 27 dez. 2012.

ESTADÃO. Variante linguística é cobrada no vestibular. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,variante-linguistica-e-cobrada-no-vestibular,731605,0.htm>>. Acesso em: 27 dez. 2012.

FOLHA.COM. Livro distribuído pelo MEC defende errar concordância. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/saber/915795-livro-distribuido-pelo-mec-defende-errar-concordancia.shtml>>. Acesso em: 27 dez. 2012..

FOLHA.COM. Academia critica livro do MEC que defende erros de português. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/saber/916650-academia-critica-livro-do-mec-que-defende-erros-de-portugues.shtml>>. Acesso em: 27 dez. 2012.

FOLHA.COM. O livro é fruto da minha carreira. Escrevi o que já havia praticado. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,o-livro-e-fruto-da-minha-carreira-escrevi-o-que-ja-havia-praticado,720274,0.htm>>. Acesso em: 27 dez. 2012.

FOLHA.COM. ONG diz que livro distribuídos a escolas não ensina erro. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/saber/917423-ong-diz-que-livro-distribuido-a-escolas-nao-ensina-erros.shtml>>. Acesso em: 27 dez. 2012.

FOLHA.COM. Associação Brasileira de Linguística defende livro do MEC. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/saber/919034-associacao-brasileira-de-linguistica-defende-livro-do-mec.shtml>>. Acesso em: 27 dez. 2012.

IG. UFRN aprovou obra que defende fala popular. Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/ufrn+aprovou+obra+que+defende+fala+popular/n1596960155597.html>>. Acesso em: 27 dez. 2012.

IG. Uso de linguagem popular na sala de aula é orientação do MEC. Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/uso+de+linguagem+popular+na+sala+de+aula+e+orientacao+do+mec/n1596963937866.html>>. Acesso em: 27 dez. 2012.

IG. Entenda a polêmica do livro que defende o "nós pega" na escola. Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/entenda+a+polemica+do+livro+que+defende+o+nos+pega+na+escola/n1596963892122.html>>. Acesso em: 27 dez. 2012.



IG. Sarney critica livro que defende o "nós pega" em escolas. Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/sarney+critica+livro+que+defende+o+nos+pega+em+escolas/n1596971132479.html>>. Acesso em: 27 dez. 2012.

IG. Defensoria Pública pede recolhimento de livro com "nós pega". Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/defensoria+publica+pede+recolhimento+de+livro+com+nos+pega/n1596992150409.html>>. Acesso em: 27 dez. 2012.

IG. MPF arquiva processo sobre livro com "nós pega". Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/mpf+arquiva+processo+sobre+livro+com+nos+pega/n1597063165070.html>>. Acesso em: 27 dez. 2012.

IG. Não somos irresponsáveis, diz autora de livro com "nós pega". Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/nao+somos+irresponsaveis+diz+autora+de+livro+com+nos+pega/n1596948804100.html>>. Acesso em: 27 dez. 2012.

Colunas

AZEVEDO, Reinaldo. Livro didático faz a apologia do erro: exponho a essência da picaretagem teórica e da malvadeza dessa gente. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/livro-didatico-faz-a-apologia-do-erro-exponho-a-essencia-da-picaretagem-teorica-e-da-malvadeza-dessa-gente/>>. Acesso em: 05 jan. 2012.

FIÚZA, Guilherme. Os 'livro' do MEC. Disponível em: <<http://colunas.revistaepoca.globo.com/guilhermefiuza/2011/05/17/os-%E2%80%98livro%E2%80%99-do-mec/>>. Acesso em: 05 jan. 2012.

POSSENTI, Sírio. Aceitam tudo. Disponível em: <<http://terramagazine.terra.com.br/interna/0,,OI5137669-EI8425,00-Aceitam+tudo.html>>. Acesso em: 05 jan. 2012.

CHRISTOFOLETTI, Rogério. Tempestade em copo d'água. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/tempestade_em_copo_dagua>. Acesso em: 05 jan. 2012.